

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	51

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	56

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
<b>Total</b>	<b>613.513.632</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	02/01/2017	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,04963
Reunião do Conselho de Administração	02/01/2017	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,04963

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	4.575.975	4.271.294
1.01	Ativo Circulante	666.460	564.378
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.231	30.586
1.01.02	Aplicações Financeiras	56.091	13.083
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	56.091	13.083
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	56.091	13.083
1.01.03	Contas a Receber	297.238	299.631
1.01.03.01	Clientes	297.238	299.631
1.01.04	Estoques	84.877	95.115
1.01.06	Tributos a Recuperar	69.827	10.263
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	69.827	10.263
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	139.196	115.700
1.01.08.03	Outros	139.196	115.700
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	133.501	108.686
1.01.08.03.02	Outros Créditos	5.695	7.014
1.02	Ativo Não Circulante	3.909.515	3.706.916
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.013.618	920.290
1.02.01.03	Contas a Receber	4.104	4.499
1.02.01.03.01	Clientes	4.104	4.499
1.02.01.06	Tributos Diferidos	313.802	284.409
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	313.802	284.409
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	695.712	631.382
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	185.855	163.556
1.02.01.09.04	Aplicações no Caixa Único do Estado	1.865	157
1.02.01.09.05	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	438.658	402.336
1.02.01.09.06	Outros Créditos	6.955	6.881
1.02.01.09.07	Depósitos em Garantia	3.432	3.109
1.02.01.09.08	Aplicações Financeiras	58.947	55.343
1.02.02	Investimentos	923	923
1.02.02.01	Participações Societárias	923	923
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	923	923
1.02.03	Imobilizado	97.623	92.400
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	97.623	92.400
1.02.04	Intangível	2.797.351	2.693.303
1.02.04.01	Intangíveis	2.797.351	2.693.303
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.797.351	2.693.303

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	4.575.975	4.271.294
2.01	Passivo Circulante	897.717	805.680
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.114	63.227
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.823	12.977
2.01.01.01.01	INSS	11.823	12.977
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.291	50.250
2.01.01.02.01	Salários a pagar	2.250	2.091
2.01.01.02.02	FGTS	2.393	3.846
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	15.997	31.994
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.649	3.964
2.01.01.02.05	IPE	3.749	3.659
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.253	4.696
2.01.02	Fornecedores	80.300	126.344
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	80.300	126.344
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.897	53.250
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	91.337	51.046
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	79.061	13.969
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	2.353	3.536
2.01.03.01.03	COFINS	7.108	25.440
2.01.03.01.04	PASEP	1.826	5.523
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	989	2.578
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.560	2.204
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.532	62.253
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.625	53.164
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.615	40.243
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.010	12.921
2.01.04.02	Debêntures	8.907	9.089
2.01.05	Outras Obrigações	271.634	211.554
2.01.05.02	Outros	271.634	211.554
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	213.032	169.362
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	33.745	35.657
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.221	6.535
2.01.05.02.06	Parcelamento Impostos e Contribuições	19.636	0
2.01.06	Provisões	341.240	289.052
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	334.791	284.457
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	255.865	218.959
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	78.926	65.498
2.01.06.02	Outras Provisões	6.449	4.595
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	186	121
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	6.263	4.474
2.02	Passivo Não Circulante	1.624.758	1.556.707
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	410.678	433.619
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	385.710	402.527
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	355.534	366.853
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	30.176	35.674
2.02.01.02	Debêntures	24.968	31.092

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.02	Outras Obrigações	140.164	78.561
2.02.02.02	Outros	140.164	78.561
2.02.02.02.03	Fornecedores	209	0
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	57.430	69.329
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse	9.232	9.232
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	73.293	0
2.02.04	Provisões	1.073.916	1.044.527
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.061.047	1.031.431
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	360.303	330.925
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	700.744	700.506
2.02.04.02	Outras Provisões	12.869	13.096
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	12.869	13.096
2.03	Patrimônio Líquido	2.053.500	1.908.907
2.03.01	Capital Social Realizado	939.148	939.148
2.03.02	Reservas de Capital	36.478	36.478
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19.330	19.330
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	785.418	785.418
2.03.04.01	Reserva Legal	87.762	87.762
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	695.998	695.998
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.658	1.658
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	145.505	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	146.951	147.863

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.273.211	1.114.462
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-737.533	-686.648
3.03	Resultado Bruto	535.678	427.814
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-290.199	-307.762
3.04.01	Despesas com Vendas	-54.696	-46.612
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-217.848	-259.112
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.505	5.671
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-25.160	-7.709
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	245.479	120.052
3.06	Resultado Financeiro	30.342	21.149
3.06.01	Receitas Financeiras	60.632	62.923
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.290	-41.774
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	275.821	141.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-68.153	-25.941
3.08.01	Corrente	-97.545	-67.221
3.08.02	Diferido	29.392	41.280
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	207.668	115.260
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	207.668	115.260
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,33849	0,18787
3.99.01.02	PN	0,33849	0,18787

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	207.668	115.260
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-912	-952
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-912	-952
4.03	Resultado Abrangente do Período	206.756	114.308

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	269.843	127.768
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	297.383	211.154
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	275.821	141.201
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	56.892	50.430
6.01.01.03	Baixa de Imobilizado e Intangível	204	469
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	-3.731	854
6.01.01.06	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	58.835	37.395
6.01.01.07	Provisão para Tributos Diferidos	-228	-363
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	33.213	26.505
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-19.938	-17.123
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-2.230	-1.927
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	238	45.152
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social - pagos	-97.545	-67.221
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicação Financeira de Curto Prazo	-4.270	-4.170
6.01.01.15	Ajuste a valor presente sobre clientes	122	-48
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.540	-83.386
6.01.02.01	Redução de Contas a Receber de Clientes	6.397	1.052
6.01.02.02	Aumento de Depósitos em Garantia	-322	-5.231
6.01.02.03	Aumento de Outros Créditos	-58.150	-42.727
6.01.02.04	Aumento de Depósitos Judiciais	-47.114	-41.597
6.01.02.05	Aumento de Rendimentos SIAC	-1.708	-1.086
6.01.02.06	Redução de Fornecedores	-45.835	-5.622
6.01.02.07	Aumento de Impostos e Contribuições	38.604	57.579
6.01.02.08	Aumento de Impostos e Contribuições-Parcelamento	92.929	0
6.01.02.09	Redução de Dívidas com Fundação CORSAN	-18.477	-10.086
6.01.02.11	Redução de Outros Débitos	-1.691	-13.488
6.01.02.12	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	13.587	11.024
6.01.02.13	Redução de Participação nos Resultados	-15.997	-13.929
6.01.02.14	Redução (Aumento) de Estoques	10.237	-19.275
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-222.937	-119.421
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-13.782	-6.553
6.02.03	Custos Construção - Contratos de Concessão	-100.988	-85.717
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-65.825	-34.946
6.02.05	Aplicações Financeiras	-42.342	7.795
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-58.261	-12.326
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos-Captações	27.880	59.286
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos-Pagamentos	-59.275	-46.504
6.03.04	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio - Pagamentos	-19.405	-23.131
6.03.06	Adto p/ Futuro Aumento Capital	0	5.460
6.03.08	Debentures Pagamentos	-7.461	-7.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.355	-3.979
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.586	21.152
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.231	17.173

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-63.075	0	-63.075
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-63.075	0	-63.075
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	207.668	0	207.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	207.668	0	207.668
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	912	-912	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	912	-912	0
5.07	Saldos Finais	939.148	36.478	785.418	145.505	146.951	2.053.500

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	939.148	29.901	687.453	0	19.275	1.675.777
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	29.901	687.453	0	19.275	1.675.777
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-59.922	0	-59.922
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-59.922	0	-59.922
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	115.260	0	115.260
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.260	0	115.260
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.460	0	952	-952	5.460
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	952	-952	0
5.06.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	5.460	0	0	0	5.460
5.07	Saldos Finais	939.148	35.361	687.453	56.290	18.323	1.736.575

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	1.384.047	1.208.683
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.253.339	1.104.671
7.01.02	Outras Receitas	23.759	17.223
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	103.218	87.643
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.731	-854
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-417.192	-408.691
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-356.385	-325.004
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-64.127	-62.323
7.02.04	Outros	3.320	-21.364
7.03	Valor Adicionado Bruto	966.855	799.992
7.04	Retenções	-56.892	-50.430
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.892	-50.430
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	909.963	749.562
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.006	67.206
7.06.02	Receitas Financeiras	60.632	62.923
7.06.03	Outros	6.374	4.283
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	976.969	816.768
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	976.969	816.768
7.08.01	Pessoal	464.268	465.446
7.08.01.01	Remuneração Direta	311.959	282.704
7.08.01.02	Benefícios	110.239	97.412
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.491	14.252
7.08.01.04	Outros	26.579	71.078
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	261.567	183.387
7.08.02.01	Federais	254.552	176.927
7.08.02.02	Estaduais	5.937	5.530
7.08.02.03	Municipais	1.078	930
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.466	52.675
7.08.03.01	Juros	30.290	41.774
7.08.03.02	Aluguéis	13.176	10.901
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	207.668	115.260
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	63.075	59.922
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	144.593	55.338

A receita bruta de vendas e/ou serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no segundo trimestre de 2017, alcançou a cifra de R\$ 625.537, isto é, apresentou um incremento de 14,61% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 545.755. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e aumento da tarifa a partir de julho de 2016 no percentual de 11,45%.

Os gastos no segundo semestre de 2017 sofreram um acréscimo de 2,68%, ou seja, atingiram R\$ 392.280 frente aos R\$ 382.056 verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Pessoal/Encargos, Materiais e Gerais realizaram respectivamente um valor 0,31%, 73,27% e 5,33% superiores em comparação ao mesmo período do ano anterior. O grupo Serviços, por sua vez, realizou 3,93% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O confronto entre os valores dos gastos do exercício atual e do anterior, no segundo trimestre, pode ser observado através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas por Natureza 2017/2016 – 2º Trimestre, a seguir:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2017/2016 - (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - 2017			Realização - 2016			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	162.347	58.408	220.756	137.178	82.886	220.065	0,31
Materiais	29.602	585	30.187	16.450	962	17.412	73,37
Serviços	94.763	18.784	113.547	98.345	19.849	118.194	(3,93)
Gerais	13.862	13.929	27.791	9.551	16.834	26.385	5,33
<b>Subtotal</b>	<b>300.574</b>	<b>91.706</b>	<b>392.280</b>	<b>261.526</b>	<b>120.531</b>	<b>382.056</b>	<b>2,68</b>
Depreciações e Amortizações	28.054	865	28.919	24.697	706	25.403	13,84
Provisões	(3.198)	40.450	37.252	22.780	25.927	48.708	(23,52)
Custos de Construção	50.441	-	50.441	47.034	-	47.034	7,24
Outras Despesas	-	21.108	21.108	-	23.133	23.133	(8,75)
<b>Total</b>	<b>375.869</b>	<b>154.129</b>	<b>529.999</b>	<b>356.036</b>	<b>170.297</b>	<b>526.333</b>	<b>0,70</b>

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei 14.833 de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

Atua em 316 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 288 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 287 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 30 de junho de 2017, há 16 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

## **Notas Explicativas**

### **2. POLÍTICAS CONTÁBEIS**

#### **2.1) Declaração de conformidade e base de preparação**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em especial o CPC 21 (R1) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 07 de agosto de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

#### **2.2) Caixa e equivalentes de caixa**

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **2.3) Contas a receber de clientes**

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

## Notas Explicativas

### 2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### 2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

### 2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

### 2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### 2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

## Notas Explicativas

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas 10 anos
- Veículos 5 anos
- Demais bens móveis 10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### 2.9) Ativos intangíveis

#### *Concessões*

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

## Notas Explicativas

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	<b>Vida útil do intangível</b>	<b>Prazo médio de concessão</b>
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

### 2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, operações com instrumentos derivativos.

## Notas Explicativas

### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

### *Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

### *Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## Notas Explicativas

### 2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

#### *Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas*

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

## Notas Explicativas

### 2.13) Impostos

#### *Imposto de renda e contribuição social corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## Notas Explicativas

### *Impostos sobre serviços*

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

### **2.14) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### *Prestação de serviços*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

#### *Contratos de construção*

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (2,21% em 30 de junho de 2017 e 2,08% em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

## Notas Explicativas

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

### *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

### **2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações contábeis como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de Dividendos e juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

### **2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

## Notas Explicativas

### 2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 30 de junho de 2017 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

### 2.18) Conversão de moeda estrangeira

As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### 2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e conseqüentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

### 2.20) Programa de participação nos lucros e resultados - PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

### 2.21) Redução ao valor recuperável – Impairment

*Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se

## Notas Explicativas

baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

### **2.22) Custo de empréstimo**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

## Notas Explicativas

### 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

#### Julgamentos

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### *Valor Justo de Instrumentos Financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## Notas Explicativas

### *Benefícios de Aposentadoria*

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o País.

### *Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

## **4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 30 DE JUNHO DE 2017**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são abaixo apresentadas. Porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens e serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação

## Notas Explicativas

detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nos IFRS e nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“US Gaap”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A nova norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

- IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa - Fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações à IAS 7 tem vigência a partir de períodos anuais iniciados em 01/01/2017 e será apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

#### Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	13.626	8.752
Aplicação de liquidez imediata	5.604	21.833
	<u>19.231</u>	<u>30.586</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$56.091 em 30 de junho de 2017 (R\$13.083 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$58.947 em 30 de junho de 2017 (R\$55.343 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do

## Notas Explicativas

Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<b>Banco</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	7.052
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	5.886
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	46.009
		<b>58.947</b>

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Contas a receber vincendas		
Particular	<b>145.132</b>	148.840
Pública	<b>12.993</b>	12.330
Contas a receber vencidas		
Particular	<b>68.549</b>	65.500
Pública	<b>21.278</b>	19.152
Receitas a faturar	<b>59.991</b>	68.639
Total de contas a receber	<b>307.943</b>	314.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(6.601)</b>	(10.331)
	<b>301.342</b>	304.130
Circulante	<b>297.238</b>	299.631
Não circulante	<b>4.104</b>	4.499

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	<b>30/06/2017</b>		<b>31/12/2016</b>	
	<b>Particular</b>	<b>Pública</b>	<b>Particular</b>	<b>Pública</b>
A vencer	<b>145.132</b>	<b>12.993</b>	148.840	12.330
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	<b>41.202</b>	<b>5.122</b>	38.708	4.200
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	<b>16.986</b>	<b>9.049</b>	14.741	6.238
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	<b>7.108</b>	<b>3.759</b>	7.071	3.363
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	<b>1.984</b>	<b>1.665</b>	3.694	2.607
Créditos vencidos - mais de 360 dias	<b>1.269</b>	<b>1.683</b>	1.286	2.744
	<b>213.681</b>	<b>34.271</b>	214.340	31.482

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

## Notas Explicativas

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Saldo no início do período	<b>(10.331)</b>	(14.772)
Adições	<b>(7.604)</b>	(30.634)
Reversões/realização de perda	<b>11.334</b>	35.075
Saldo no final do período	<b>(6.601)</b>	(10.331)

## 7. ESTOQUES

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Tubulações de água e esgoto	<b>56.070</b>	48.104
Materiais de tratamento/laboratório	<b>13.334</b>	31.794
Materiais diversos	<b>15.473</b>	15.217
	<b>84.877</b>	95.115

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

## 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Classificados no Ativo Não Circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>313.802</b>	284.409
<b>Classificados no Passivo Não Circulante</b>		
Pasep e Cofins diferidos	<b>12.869</b>	13.096

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32(R2) vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

**Notas Explicativas****Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	<b>700.744</b>	700.506
Provisão para contribuição adicional a Fundação CORSAN	<b>6.262</b>	4.472
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	<b>616.168</b>	549.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>6.601</b>	10.331
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	<b>83.734</b>	9.610
Provisões para perdas - outras	<b>9.610</b>	76.585
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	<b>25.101</b>	29.080
Reserva de reavaliação	<b>(74.291)</b>	(74.429)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	<b>(267.772)</b>	(275.270)
Encargos financeiros capitalizados	<b>(204.752)</b>	(194.194)
Variação cambial tributada por regime de caixa	<b>(2.437)</b>	(3.502)
Outras provisões e diferenças temporárias	<b>23.978</b>	3.424
Total das diferenças temporárias	<b>922.946</b>	836.497
Alíquota vigente	<b>34%</b>	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos Líquidos	<b>313.802</b>	284.409

**Conciliação alíquota efetiva**

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	<b>275.821</b>	141.201
Alíquota vigente	<b>34%</b>	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	<b>(93.779)</b>	(48.008)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	-	20.373
Incentivos fiscais	<b>3.124</b>	2.102
Outras diferenças permanentes	<b>22.502</b>	(408)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(68.153)</b>	(25.941)
Corrente	<b>(97.545)</b>	(67.221)
Diferido	<b>29.392</b>	41.280
Alíquota efetiva	<b>25%</b>	18%

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos JSCP de 30 de junho de 2017 foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido. Em 2016 o valor do JSCP impactava diretamente no resultado do exercício.

**Notas Explicativas****b) COFINS e PASEP Diferidos**

COFINS e PASEP Diferidos	30/06/2017			31/12/2016		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
RTT	10.574	2.295	12.869	10.760	2.336	13.096
Total COFINS e PASEP	10.574	2.295	12.869	10.760	2.336	13.096
Valor passivo	(10.574)	(2.295)	(12.869)	(10.760)	(2.336)	(13.096)

**9. OUTROS CRÉDITOS**

	30/06/2017	31/12/2016
Créditos com prefeituras municipais	2.853	3.096
Adiantamento de férias	1.970	3.333
Indenizações judiciais a receber	4.432	4.131
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.868	1.868
Valores a compensar	1.032	1.035
Créditos diversos	495	432
	<b>12.650</b>	<b>13.895</b>
Circulante	5.695	7.014
Não circulante	6.955	6.881

**10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO**

A Companhia possui, em 30 de junho de 2017, R\$438.658 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$402.336 em 31 de dezembro de 2016). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	30/06/2017	31/12/2016
Ativos financeiros	1.174.626	1.123.179
( - ) Ajuste a valor presente	(735.968)	(720.843)
	<b>438.658</b>	<b>402.336</b>

**Movimentação do Ativo Financeiro**

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	402.336	322.819
Constituição/realização de AVP	19.938	36.706
Adições/(Baixas)	(33.129)	(125.991)
Transferências líquidas	49.513	168.802
Saldo no final do período	<b>438.658</b>	<b>402.336</b>

## Notas Explicativas

### Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 30 de junho de 2017 totaliza R\$23.058 (R\$23.060 em 31 de dezembro de 2016) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 30 de junho de 2017 totaliza R\$34.172 (R\$34.250 em 31 de dezembro de 2016) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.

### 11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2016	22.128	326.820	384	349.332
Adições	-	13.345	437	13.782
Baixas	-	(195)	-	(195)
Transferências	-	(994)	-	(994)
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>22.128</b>	<b>338.976</b>	<b>821</b>	<b>361.925</b>
Depreciação				
Saldos em 31/12/2016	(18.685)	(238.247)	-	(256.932)
Depreciações	(302)	(7.238)	-	(7.541)
Baixas	-	170	-	170
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>(18.987)</b>	<b>(245.315)</b>	<b>-</b>	<b>(264.303)</b>
Saldos líquidos em 31/12/2016	3.443	88.573	384	92.400
<b>Saldos líquidos em 30/06/2017</b>	<b>3.141</b>	<b>93.661</b>	<b>821</b>	<b>97.623</b>

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$5.822 (R\$5.154 em 30 de junho de 2016), R\$930 (R\$669 em 30 de junho de 2016) como despesa comercial e R\$789 (R\$742 em 30 de junho de 2016) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos” são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica “bens de uso geral” são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

## Notas Explicativas

### 12. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de				Total do intangível
	abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	
Saldos em 31/12/2016	971.357	863.586	158.759	1.128.337	3.122.039
Adições	10.300	1.579	7.523	141.028	160.430
Baixas	-	-	-	(225)	(225)
Transferências	32.858	27.640	1.646	(68.996)	(6.852)
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>1.014.515</b>	<b>892.805</b>	<b>167.928</b>	<b>1.200.144</b>	<b>3.275.392</b>
Amortização					
Saldos em 31/12/2016	(248.689)	(130.373)	(49.674)	-	(428.736)
Amortizações	(23.624)	(20.605)	(5.122)	-	(49.351)
Baixas	-	-	46	-	46
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>(272.313)</b>	<b>(150.978)</b>	<b>(54.750)</b>	<b>-</b>	<b>(478.041)</b>
Saldos líquidos em 31/12/2016	722.668	733.213	109.085	1.128.337	2.693.303
<b>Saldos líquidos em 30/06/2017</b>	<b>742.202</b>	<b>741.827</b>	<b>113.178</b>	<b>1.200.144</b>	<b>2.797.351</b>

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$49.351 (R\$43.865 em 30 de junho de 2016).

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de junho de 2017 é de R\$5.926 (R\$5.247 em 30 de junho de 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

### 13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multi-localizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos.

Pelo motivo acima exposto a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

### 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	<b>33.059</b>	30.968	<b>177.253</b>	187.070
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	<b>13.010</b>	12.921	<b>30.176</b>	35.674
Caixa Econômica Federal				<b>10.489</b>	7.047	<b>156.371</b>	157.256
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	17/02/30	<b>10.489</b>	7.047	<b>156.371</b>	156.459
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,27%	31/03/17	-	-	-	797
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	<b>146</b>	146	<b>862</b>	882
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	<b>1.571</b>	1.733	<b>18.097</b>	18.560
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	<b>349</b>	349	<b>2.951</b>	3.085
				<b>58.624</b>	53.164	<b>385.710</b>	402.527

## Notas Explicativas

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2018	22.503
2019	51.444
2020	51.396
2021	39.325
2022	39.325
Após 2022	181.717
	<b>385.710</b>

## 15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 30 de junho de 2017 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

## Notas Explicativas

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
			1ª Emissão	TJLP	1,92%	<b>2.109</b>
2ª Emissão	IPCA	1,92%	<b>3.858</b>	4.042	<b>11.191</b>	14.805
3ª Emissão	TJLP	1,92%	<b>2.940</b>	2.931	<b>7.519</b>	8.921
			<b>8.907</b>	9.089	<b>24.968</b>	31.092

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 30 de junho de 2017, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.432 (R\$3.109 em 31 de dezembro de 2016).

A escritura inclui uma cláusula de “Obrigações Especiais da Emitente”, com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

## 16. FORNECEDORES

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	<b>80.300</b>	126.344
Parcelamento - RGE	<b>209</b>	-
	<b>80.509</b>	126.344
Circulante	<b>80.300</b>	126.344
Não circulante	<b>209</b>	-

**Notas Explicativas****17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS**

Imposto ou contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
COFINS	Selic	04/2022	9.765	-	35.805	-
PASEP	Selic	04/2022	2.120	-	7.773	-
Contribuição Social	Selic	04/2022	1.000	-	3.835	-
Imposto de Renda	Selic	04/2022	6.751	-	25.880	-
			<b>19.636</b>	<b>-</b>	<b>73.293</b>	<b>-</b>

**18. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	30/06/2017	31/12/2016
Consignações a recolher	4.921	5.920
Outras contas a pagar	300	615
	<b>5.221</b>	<b>6.535</b>

**19. CONTRATO DE REPASSE****a) Orçamento Geral do Estado - OGE**

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado – OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Barrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

**b) Agência Nacional das Águas - ANA**

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que têm por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

## Notas Explicativas

### 20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	30/06/2017		31/12/2016	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	431.369	118.515	353.676	76.588
Adições	118.177	2.704	211.048	52.454
Saques/Reversões	(57.144)	(4.902)	(148.344)	(12.973)
Despesa financeira	6.475	974	14.989	2.446
Saldo final	498.877	117.291	431.369	118.515
Total		616.168		549.884
Circulante		255.865		218.959
Não circulante		360.303		330.925

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	30/06/2017	31/12/2016
Saldo inicial	272.242	221.840
Adições	116.327	217.410
Saques/Reversões	(69.213)	(167.008)
Saldo final	319.356	272.242
Circulante	133.501	108.686
Não circulante	185.855	163.556

As principais contingências provisionadas são:

#### Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 30 de junho de 2017, R\$69.021 (R\$66.577 em 31 de dezembro 2016).

## Notas Explicativas

b) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.147 ações. Em 30 de junho de 2017 a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$429.856 (R\$364.792 em 31 de dezembro de 2016).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$234.028 em 30 de junho de 2017 (R\$217.395 em 31 de dezembro de 2016).

### Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de junho de 2017 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2016).

b) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.076 ações para as quais está provisionado em 30 de junho de 2017 o montante de R\$106.779 (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2016).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.844 em 30 de junho de 2017 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$180.653 em 30 de junho de 2017 (R\$170.410 em 31 de dezembro de 2016).

**Notas Explicativas****21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Plano de benefício definido	<b>365.560</b>	361.145
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	<b>71.363</b>	72.871
Incentivo à demissão voluntária	<b>263.821</b>	266.490
	<b><u>700.744</u></b>	<u>700.506</u>

O plano de benefícios “BD n° 001”, é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços” celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A CORSAN assegurou até 31 de dezembro de 2016 um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No semestre findo em 30 de junho de 2017, 56 funcionários já haviam se desligado da Companhia através do PDV. No semestre a despesa com desligamento foi de R\$33.759 (R\$30.619 no semestre findo em 30 de junho de 2016).

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$91.175 em 30 de junho de 2017 (R\$158.117 em 30 de junho de 2016).

A Companhia reconheceu, no semestre findo em 30 de junho de 2017, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, “IPE SAÚDE” e “PAI/SPP” de R\$238. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

## Notas Explicativas

### Estrutura jurídica

A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

### Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da FUNCORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria FUNCORSAN.

### Política de investimentos

A FUNCORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

### Fontes de recursos

A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

### Gestão de recursos

A FUNCORSAN delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

### Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

### Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No semestre findo em 30 de junho de 2017 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

## Notas Explicativas

### 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é de R\$939.148, estando assim representado:

Acionistas	Ações			Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
	Ações ordinárias	preferenciais	Total ações			
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
	<b>306.756.816</b>	<b>306.756.816</b>	<b>613.513.632</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 30 de junho de 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

#### b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

#### c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de junho de 2017 monta R\$73.502 (R\$74.414 em 31 de dezembro de 2016) líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no trimestre findo em 30 de junho de 2017 totalizou R\$912, líquido dos efeitos tributários (R\$952 em 30 de junho de 2016).

## Notas Explicativas

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$73.449, líquidas dos efeitos de créditos tributários.

### **d) Remuneração aos acionistas**

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no semestre findo em 30 de junho de 2017, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$63.075 (R\$59.922 no primeiro semestre de 2016), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do semestre findo em 30 de junho de 2017 foram reduzidos em R\$21.446 (R\$20.374 no primeiro semestre de 2016) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do Imposto de renda retido na fonte.

### **e) Reservas de lucros**

#### **Reserva legal**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

#### **Reserva de incentivos fiscais**

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

#### **Reserva de retenção de lucros**

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

### **f) Adiantamento para futuro aumento de capital**

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de

## Notas Explicativas

R\$19.330, totalizando em 30 de junho de 2017 R\$19.330 (R\$19.330 em 31 de dezembro de 2016), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

### 23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	<b>20.998</b>	17.774
Aplicações no caixa único do Estado	<b>1.865</b>	157
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	<b>(213.032)</b>	(169.362)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

#### b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

##### b.1) Contratos de dívidas

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	<b>2.766</b>	3.720	-	754
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	<b>19.649</b>	19.434	<b>42.715</b>	50.075
Contrato 122005		(*)	01/12/18	<b>11.330</b>	12.503	<b>14.715</b>	18.500
				<b>33.745</b>	35.657	<b>57.430</b>	69.329

(\*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2018	23.553
2019	17.675
2020	16.202
	<b>57.430</b>

### c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 30 de junho de 2017 é de R\$434 (R\$3.085 em 31 de dezembro de 2016).

## 24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2016</b>
Serviços de abastecimento de água	<b>1.185.311</b>	1.046.833
Serviços de esgoto	<b>79.363</b>	67.552
Outras receitas de serviços prestados	<b>22.697</b>	15.896
Receitas de construção	<b>103.218</b>	87.643
Impostos sobre receita serviços	<b>(117.378)</b>	(103.462)
	<b>1.273.211</b>	<b>1.114.462</b>

## 25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

**Notas Explicativas**

<b>Despesas por natureza</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2016</b>
Pessoal	<b>437.784</b>	416.354
Materiais	<b>47.284</b>	33.357
Energia elétrica	<b>108.192</b>	111.180
Serviços de terceiros	<b>122.172</b>	118.053
Gerais	<b>55.051</b>	49.920
Depreciações e amortizações	<b>56.892</b>	50.430
Provisões	<b>81.714</b>	127.361
Custos de construção	<b>100.988</b>	85.717
Outras (receitas)despesas operacionais, liquidas	<b>17.655</b>	2.038
	<b>1.027.732</b>	994.410
Classificados como:		
Custos dos serviços	<b>737.533</b>	686.648
Despesas comerciais	<b>54.696</b>	46.612
Despesas administrativas	<b>217.848</b>	259.112
Outras (receitas)despesas operacionais, liquidas	<b>17.655</b>	2.038
	<b>1.027.732</b>	994.410

**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<b>30/06/2017</b>	<b>30/06/2016</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>60.632</b>	62.923
Acréscimos por inadimplementos	<b>15.399</b>	13.074
Variações monetárias ativas	<b>16.331</b>	9.897
Receitas financeiras pela realização de AVP	<b>19.938</b>	17.123
Variações cambiais ativas	<b>2.205</b>	16.046
Outras receitas financeiras	<b>6.759</b>	6.783
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(30.290)</b>	(41.774)
Juros e taxas sobre financiamentos	<b>(5.253)</b>	(5.212)
Juros e taxas sobre outras obrigações	<b>(4.357)</b>	(5.592)
Variações monetárias passivas	<b>(18.012)</b>	(25.925)
Variações cambiais passivas	<b>(2.668)</b>	(5.045)
Resultado financeiro líquido	<b>30.342</b>	21.149

## Notas Explicativas

### 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

#### a) Instrumentos Financeiros

Em 30 de junho de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.
- Aplicações financeiras - referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.
- Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
- Ativos financeiros – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados.
- Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e debêntures – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.
- Dívidas com a Fundação CORSAN – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 21.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

#### b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações

## Notas Explicativas

estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

### c) Gerenciamento de Riscos

#### *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

#### a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

#### b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	60.691	171.500	411.331	<b>643.522</b>
Parcelamento de Impostos	21.796	75.110	37.028	<b>133.934</b>
Debêntures	9.078	22.390	4.495	<b>35.963</b>
Fornecedores	80.300	221	-	<b>80.521</b>
Dívidas com Fundação Corsan	35.770	46.883	19.118	<b>101.771</b>
	<b>207.635</b>	<b>316.104</b>	<b>471.972</b>	<b>995.711</b>

#### c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a

## Notas Explicativas

moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

### *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 30 de junho de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2017 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2017	(Perdas) / Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(190.836)	(1.609)	(1.340)	(2.011)	(2.513)	(3.016)
Empréstimos	TJLP	(210.312)	(11.777)	(9.815)	(14.722)	(18.402)	(22.083)
Empréstimos	US Dólar	(43.186)	(7.805)	(13.702)	(1.041)	(12.097)	(23.154)
Debêntures	TJLP	(33.875)	(1.897)	(1.581)	(2.371)	(2.964)	(3.557)
		<b>(478.209)</b>	<b>(23.088)</b>	<b>(26.438)</b>	<b>(20.145)</b>	<b>(35.976)</b>	<b>(51.810)</b>
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,84	0,70	1,05 *	1,32	1,58
	TJLP		5,60	4,67	7,00 **	8,75	10,50
	US Dólar	3,32	2,72	2,27	3,40 ***	4,25	5,10

Fontes:

\* Portal Brasil

\*\* BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

\*\*\* Focus - Relatório de Mercado

### **d) Gestão do capital social**

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida

**Notas Explicativas**

os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	<b>Nota</b>	<b>30/06/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Empréstimos e financiamentos	14	<b>444.334</b>	455.691
Parcelamento de impostos e contribuições	17	<b>92.929</b>	-
Debêntures	15	<b>33.875</b>	40.181
Fornecedores	16	<b>80.509</b>	126.344
Dívida Funcorsan	23.b	<b>91.175</b>	104.986
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>(19.231)</b>	(30.586)
(-) Aplicações financeiras	5	<b>(115.038)</b>	(68.426)
Dívida líquida		<b>608.553</b>	628.190
Patrimônio e adiantamentos		<b>2.053.500</b>	1.908.907
Capital social e dívida líquida		<b>2.662.053</b>	2.537.097
Quociente de alavancagem		<b>22,86%</b>	24,76%

## Notas Explicativas

**Flavio Ferreira Presser**  
Diretor Presidente  
CPF nº 192.190.830-00

**Marcus Vinicius Vieira de Almeida**  
Diretor Administrativo  
CPF nº 000.625.630-92

**Jorge Luiz Costa Melo**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
CPF nº 149.304.120-72

**Eduardo Barbosa Carvalho**  
Diretor de Operações  
CPF nº 414.119.780-72

**Antonio Gomes**  
Diretor Técnico  
CPF nº 266.196.100-30

**Luciano Eli Martin**  
Diretor Comercial  
CPF nº 375.607.350-53

**Marcus Vinicius Caberlon**  
Diretor de Expansão  
CPF nº 198.669.250-72

**Graziela Bohn Flores**  
Superintendente de Contabilidade  
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7  
CPF nº 911.643.110-34

A receita projetada para o segundo trimestre de 2017 foi na ordem de R\$ 601.608 enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 625.537, ficando 3,97% acima da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 431.492, tendo sido realizado R\$ 392.280, ou seja, aproximadamente 9,09% inferior ao projetado para o segundo trimestre de 2017.

No que diz respeito aos gastos por natureza, o grupo de Pessoal/Encargos, e Serviços realizaram 14,26%, e 11,83%, respectivamente, abaixo do previsto. Já os grupos de Materiais e gastos Gerais realizaram 69,73% e 1,26% respectivamente acima do orçado inicialmente para o trimestre em questão.

Na execução do segundo trimestre de 2017, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes por seu cumprimento orçamentário. Abaixo seguem comentários:

### **Pessoal/Encargos**

- Vantagens e Encargos – Para as naturezas pertencentes a este grupo, com exceção do PPLR – Programa de Participação nos Lucros e Resultados, foi previsto no trimestre, o montante de R\$ 177.560, tendo sido realizado R\$ 174.456. Já a vantagem do PPLR teve seu valor total orçado no mês de abril no montante de R\$ 30.000 tendo seu realizado lançado mensalmente no grupo de provisões, e até o mês de junho o realizado representa R\$ 15.997;
- Indenizações Trabalhistas – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 21.250 tendo como realizado R\$ 14.659;
- Horas Extras - No grupo de despesas com Pessoal merece destaque a natureza de Horas-Extras, tendo sido orçado R\$ 9.031 e realizado R\$ 7.202.
- Programa de Demissão Voluntária/Rescisão Trabalhista – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 14.725 e realizado R\$ 17.901, o que representa 21,56% superior ao projetado inicialmente.

### **Materiais**

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, no trimestre analisado demandou 145,52% do seu orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 8.501 e realizado R\$ 20.872;
- Materiais de Conservação e Manutenção de Rede - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 2.197 tendo sido realizado R\$ 2.891;
- Combustíveis para veículos – Essa natureza realizou 95,70% do previsto originalmente para o período analisado, tendo sido orçado R\$ 2.582 e realizado R\$ 2.471;

### **Serviços**

- Força e Luz – No trimestre analisado, esta despesa realizou 3,24% abaixo do orçamento previsto, ou seja, foi orçado R\$ 53.837 e realizado R\$ 52.092;

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Serviços Técnicos Profissionais - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 3.948 e tendo como realizado R\$ 5.123.
- Serviços Contrato Operacional (retro, caçamba, reaterro de valas e repavimentação) – No trimestre analisado, essa natureza realizou 84,60% do orçamento previsto originalmente para o período, tendo sido orçado R\$ 26.355 e realizado R\$ 22.297.

### Gerais

- Locação de Veículos – Essa rubrica no período analisado foi responsável por 18,77% das despesas do seu grupo, tendo realizado R\$ 5.217 e orçado originalmente R\$ 4.999;
- Indenizações a Terceiros – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de, R\$ 4.827 e realizado R\$ 2.131;
- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No trimestre analisado, o orçado foi de R\$ 13.086 e o realizado R\$ 6.705.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2017 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

A comparação das despesas previstas e realizadas para o trimestre em questão pode ser observada através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2º Trimestre de 2017, conforme segue:

**Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2º Trimestre de 2017 (Em R\$ mil)**

<b>Natureza do Gasto</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>% Variação</b>
Pessoal/Encargos	257.483	220.756	(14,26)
Materiais	17.785	30.187	69,73
Serviços	128.780	113.547	(11,83)
Gerais	27.444	27.791	1,26
<b>Total</b>	<b>431.492</b>	<b>392.280</b>	<b>(9,09)</b>

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, e o resultado apurado até 30/06/2017 aponta um Lucro Líquido de R\$ 205.438.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Eldorado do Sul, 07 de agosto de 2017.

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre – RS

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias contidas na demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório dos Auditores Independentes relativos ao Trimestre findo em 30 de junho de 2017. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AudiLink & Cia. Auditores e à vista do Relatório, o Conselho Fiscal declara que os referidos documentos estão aptos à aprovação. Porto Alegre, 11 de agosto de 2017. Rogerio Alves Rios, Paulo Marques dos Reis, Francisco Luzardo da Silva Gonzalez”.

Porto Alegre, 11 de Agosto de 2017.

ROGERIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2017.

Flavio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida

Diretor Administrativo

Antonio Gomes

Diretor Técnico

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Luciano Eli Martin

Diretor Comercial

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

### DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do trimestre findo em 30 de junho de 2017.

Porto Alegre, 07 de agosto de 2017.

Flavio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida

Diretor Administrativo

Antonio Gomes

Diretor Técnico

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Luciano Eli Martin

Diretor Comercial